



tivos, simultaneamente, em duas colunas; proteção da receita cambial, pelo maior volume de exportação, graças a superiores condições naturais de competição; e preservação da lavoura, com o assegurar-lhe maior renda líquida efetiva.

Então, ao contrário de um desvio illusório de recursos pela via inflacionária, que pode agravar a disfunção do organismo econômico nacional — será lícito à lavoura obter uma contra-partida, que a ela será particularmente favorável, na estabilidade social dentro de nossas fronteiras; agora, como talvez em nenhuma outra época em nosso país, tão dependente do resultado da maior de todas as batalhas, contra o mais ilegal, o mais tenebroso confisco — esse, da continua desvalorização da nossa moeda; que vai decretando os capitais líquidos; desestimula a economia; gera a crise financeira, da qual é a agiotagem filha primogênita; tem como sub-produto típico — corrompida e corruptora — a mentalidade dos "golpes" e das negociações; que reduz periodicamente o tamanho do alimento-símbolo das classes menos favorecidas, que é o pão; eleva constantemente o custo da administração pública, em todas as esferas, e caos onus vão sendo jogados sobre as costas dos contribuintes, mas nem sempre com equidade... que, sub-repticiamente, pelos canais da avasalição imobiliária, transfere, para uns poucos, o que vai retirando do poder aquisitivo de muitos... que... (será preciso pôr mais na carta?..)

cional, internamente. O enorme desenvolvimento de outras atividades, sobretudo nessa industrialização "a jato" dos últimos tempos, e — de outro lado — o engrossamento incessante da torrente inflacionária — na continua elevação dos níveis de salários e de preços — fizeram com que, sem embargo de um aumento de cotação, que chegou a atingir 500 por cento, em 8 anos, o café passasse a representar, neste ano, apenas cerca de 4 por cento da renda bruta nacional, que o Professor Eugenio Gudim avalia, para 1958, atingir as alturas de 1.250 bilhões de cruzeiros.

Isto, bem entendido, contrastando com a decisiva preponderância do produto, na receita cambial, em que ainda vinha representando entre 60 e 70 por cento do valor total. E' por assim dizer, um caso "teratológico", em uma paisagem econômica, esse, de um produto (desculpem a imagem zoológica), que, domesticamente, passou a ter o tamanho de um gato, mas que, ao ser enviado para o exterior, se transforma num leão...".

E adiante:

"Nisso estará configurado o drama que vive o Governo, pressionado, de um lado, pela luta dos cafeicultores contra o que consideram um "confisco", no caso das taxas arbitradas para o dólar-café, — e tendo de levar em conta, de outra parte, a contribuição vital da receita do café na exportação, em relação à economia geral do país. Se avaliarmos, supunhamos, em dois milhões o número de brasileiros que vivem mais diretamente do produto e que reclamam maior enchimento de moeda nacional no seu "balão de oxigênio" cambial — o que as autoridades responsáveis pela política monetária temem é que isso venha a importar no esvaziamento paralelo do depósito, a que está ligado, colocado no eixo do nosso intercâmbio comercial, e que tem permitido uma relativa normalidade na respiração dos sessenta milhões de brasileiros..."

Voltando à imagem zoológica (com a devida vênia); pode às vezes o Governo afogar o gato, ou preminuir-se do mercúrio-cromo militar para o caso de ameaças de arranhões; mas recia irritar ainda mais o leão, que já dá moscas, tras de insatisfação, a rugir pela escassez de alimentos, de carne especialmente, e que, a exemplo do passado, é capaz de devorar até o mais categorizado domador...

O perigo maior, o que está realmente minando a saúde econômica do povo brasileiro, dos produtores ou não de

café, e sobretudo dos que vivem de rendimentos fixos — é a inflação. Ajudar a combatê-la, pois, pela racionalização do plantio do café, no sentido do maior rendimento econômico — pela conjugação de esforços do Governo e dos lavradores — será um notável serviço que um e outros prestarão ao país, que poderá contabilizar os resultados positivos.

Estas considerações todas afloraram na conversa com o velho Albiéri, que concordou plenamente com a sugestão do que o Governo auxilie financeiramente os lavradores que se disponham a erradicar ou cortar, de uma vez, as plantações de baixo rendimento. Seria a única maneira, disse êle, de sair-se dessa angustiosa situação.

Tendo, à minha frente, na figura encanecida do sítante vizinho, o símbolo do lavrador de café, que defronta a mesma dívida da década de 30 — continuar, ou não, com a lavoura — mais nítida se tornou em meu espírito a conveniência de chamar a atenção dos responsáveis pelo encaminhamento de uma solução mais racional — e mais humana — do problema das lavouras anti-econômicas.

Proseguindo assinala Parreira

(Tal idéia, de resto, não é nova entre nós, pois de há muito vem a Sociedade Rural Brasileira ser batido por essa solução. Na sua reunião de outubro de 1957 a Junta Administrativa do I.B.C. aprovou as conclusões da Comissão de Política Cafeeira a Longo Prazo — presidida pelo atual presidente do I.B.C., sr. Renato da Costa Lima, cujo parecer tivemos a honra de subscrever como delegado da praça de Santos — estabelecendo um plano de ação, que pode muito bem ser adaptado às nossas modestas sugestões. A esse tema dei destaque, no desprezioso trabalho elaborado em junho deste ano, a pedido de ilustre Chefe Militar, trabalho que mereceu ampla acolhida e divulgação, por parte do «Correio da Manhã», do Rio de Janeiro, e de «A Tribuna», de Santos. O assunto voltou à baila ultimamente, ante a notícia de que a Colômbia — sempre adiantada na defesa da sua cafeicultura — contempla plano idêntico, na proporção das suas lavouras).

Retirando-se o visitante, voltei à máquina e resolvi completar logo as despreziosas considerações que vinha fazendo, não mais para a conferência, mas, já agora, para publicação em volume. Ali estão, nas páginas seguintes, dados comparativos e comentários, compilados uns e feitos outros nas brechas das ocupações habituais, com as imperfeições — que me perdoarão — próprias das coisas apressadas.

Menos do que a aceitação ou o efeito que possam essas páginas merecer e produzir, ao autor basta a satisfação íntima de havê-las escrito, em obediência ao que — ao cabo da conversa que mantive, no terraço da Fazenda — prometera ao velho Albiéri: seria como que uma mensagem de cafeicultor das zonas mais ecológicamente apropriadas ao produto — como aquela — e que ficariam aguardando resposta do Governo, para continuarem ou desistirem dessa lavoura.

Uma mensagem que tem tanto de incerteza como de apelo, à espera de uma resposta, para que possam tomar a decisão esses lavradores, que se vêm na alternativa de escolher (para se dirigirem às suas plantações de café) a enxada, para as carpas, ou o machado, para o corte... Mensagem, assim, desses agricultores, que reeditam o papel já representado por outros, na década de 30 — numa adaptação da dívida do personagem shakespeariano à vida campestre brasileira, na figura do homem da terra que percorre as suas lavouras ou as contempla à distância, tendo de resolver — entre o apego às suas árvores e as contingências econômicas — ser ou não ser cafeicultor...

Canhestramento, embora, damos o recado. Será ele ouvido?

Esta seção ao apresentar a Introdução do livro de Alceu Martins Parreira espera que ela seja um convite para aqueles que desejam se aprofundar nessa obra. Poder-se-á discordar de alguns conceitos emitidos pelo conhecido estudioso de nossas coisas cafeieiras. Mas de qualquer modo muito se aprenderá com ele, no perpassar das 179 páginas da obra.